

**RESOLUÇÃO Nº. 22/2008****PUBLICADA NO DIÁRIO DO PODER JUDICIÁRIO DE 25 DE NOVEMBRO DE 2008.**

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no exercício da competência que lhe é atribuída pela Lei de Organização Judiciária do Estado da Bahia e pelo seu Regimento Interno:

CONSIDERANDO o que estabelece o Art. 93, IV, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 08.12.2004, acerca da preparação, aperfeiçoamento, promoção e vitaliciamento de magistrados;

CONSIDERANDO as Resoluções nºs 1 e 2, de 17.09.2007, da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM, que dispõem, respectivamente, sobre o curso de formação para ingresso na magistratura e sobre os cursos de aperfeiçoamento para fins de vitaliciamento e promoção dos magistrados, bem assim, as Instruções Normativas nºs 1 e 2, de 06.02.2008, da ENFAM, pertinentes aos cursos referidos;

CONSIDERANDO a necessidade de implementação de um programa de capacitação continuada de magistrados e servidores do Poder Judiciário do Estado da Bahia;

CONSIDERANDO a necessidade de planejar, implantar, consolidar e expandir um sistema integrado de educação corporativa, alinhado às diretrizes e aos objetivos estratégicos definidos por este Tribunal, cujos propósitos encontram-se delineados no Plano Diretor do Poder Judiciário do Estado da Bahia – PDJ, **RESOLVE:**

**Art. 1º.** Fica criada a Universidade Corporativa do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia – UNICORP-TJBA, com a finalidade de institucionalizar e promover a gestão do conhecimento, por meio de processo de educação permanente, visando ao fortalecimento do Poder Judiciário do Estado da Bahia e à valorização de seus recursos humanos.

**Art. 2º.** As despesas decorrentes da implantação da UNICORP-TJBA são as consignadas no orçamento do Poder Judiciário, permitida a celebração de convênios de cooperação técnica com fundações, fundos, instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais.

**Parágrafo único.** As despesas resultantes da execução dos cursos e atividades afins, no presente exercício e no imediatamente seguinte, serão satisfeitas por recursos financeiros devidamente alocados para este fim, tendo por base os orçamentos plurianuais, na forma do projeto orçamentário “Capacitação dos Recursos Humanos do Poder Judiciário”.

**Art. 3º.** Fica aprovado o Regimento Interno da UNICORP-TJBA, que constitui o anexo desta Resolução.

**Art. 4º.** A Secretaria de Administração do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia deverá produzir e fazer publicar, após aprovação da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, manual detalhando o modelo conceitual e pedagógico, o funcionamento e as formas de acesso à UNICORP-TJBA, propiciando plena informação ao público interno e às instituições parceiras na realização de ações de educação corporativa. (ALTERADO CONFORME RESOLUÇÃO Nº 5/2010, PUBLICADA EM 22/07/2010).

**Parágrafo único.** O manual de que trata este artigo será aprovado pela Presidência do Tribunal, por meio de Decreto.

**Art. 5º.** O Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, por suas Secretarias, disponibilizará os recursos humanos e financeiros indispensáveis à implantação e funcionamento da UNICORP-TJBA, oferecendo, inclusive, mediante a contratação de entidades especializadas, o suporte técnico necessário à obtenção de tal fim. (ALTERADO CONFORME RESOLUÇÃO Nº 5/2010, PUBLICADA EM 22/07/2010).

**Art. 6º.** Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas quaisquer disposições em contrário.

Sala das Sessões, 21 de novembro de 2008.

Desa. SILVIA Carneiro Santos Zarif  
Presidente

Desa. LEALDINA Maria de Araújo TORREÃO – Vice-Presidente  
Desa. TELMA Laura Silva BRITTO – Corregedora-Geral  
Desa. MARIA JOSÉ SALES PEREIRA – Corregedora das Comarcas do Interior  
Des. GILBERTO de Freitas CARIBÉ  
Desa. LÍCIA de Castro Laranjeira CARVALHO  
Des. MÁRIO ALBERTO SIMÕES HIRS  
Des. RUBEM DÁRIO Peregrino Cunha  
Des. ESERVAL ROCHA  
Desa. AIDIL Silva CONCEIÇÃO  
Des. SINÉSIO CABRAL Filho  
Desa. VERA LÚCIA FREIRE DE CARVALHO  
Desa. IVETE CALDAS Silva Freitas Muniz  
Desa. MARIA GERALDINA SÁ DE SOUZA GALVÃO  
Desa. MARIA DA PURIFICAÇÃO DA SILVA  
Des. JOSÉ OLEGÁRIO MONÇÃO CALDAS  
Desa. SARA SILVA DE BRITO  
Des. ANTÔNIO ROBERTO GONÇALVES  
Desa. MARIA DO SOCORRO BARRETO SANTIAGO  
Des. ABELARDO VIRGÍNIO DE CARVALHO  
Desa. ROSITA FALCÃO DE ALMEIDA MAIA  
Des. LOURIVAL Almeida TRINDADE  
Des. CLÉSIO RÔMULO CARRILHO ROSA  
Des. ALTON SILVA  
Des. MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL  
Des. DAISY LAGO Ribeiro Coelho  
Des. JOSÉ CÍCERO LANDIN NETO  
Des. GESIVALDO NASCIMENTO BRITTO

**(ANEXO À RESOLUÇÃO Nº 22/2008, DO TJ/BA)****REGIMENTO INTERNO DA UNIVERSIDADE CORPORATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA - UNICORP-TJBA****CAPÍTULO I  
DA CRIAÇÃO, NATUREZA, SEDE E CONCEITOS ESTRATÉGICOS**

**Art. 1º.** A Universidade Corporativa do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia – UNICORP-TJBA, criada por decisão plenária do dia 21 de novembro de 2008, e instituída pela Resolução Nº. 22/2008, de 21 de novembro de 2008, alterada pela Resolução nº 5/2010, de 21 de julho de 2010, integra a estrutura do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, não possuindo natureza jurídica. (ALTERADO CONFORME RESOLUÇÃO Nº 5/2010, PUBLICADA EM 22/07/2010).

§ 1º Os conceitos e componentes estratégicos da UNICORP-TJBA, alinhados aos parâmetros do Plano Diretor do Poder Judiciário do Estado da Bahia – PDJ, são:

- I – FINALIDADE: planejar, implantar, consolidar e expandir sistema integrado de educação corporativa, alinhado às diretrizes e aos objetivos estratégicos definidos pelo Tribunal e ajustado às necessidades da Justiça do Estado da Bahia em suas diversas áreas;
- II – MISSÃO: proporcionar aprendizagem continuada e educação corporativa para a qualificação e o desenvolvimento da excelência pessoal e profissional dos magistrados, servidores e colaboradores da Justiça do Estado da Bahia;
- III – VISÃO DE FUTURO: contribuir para consolidar a Justiça do Estado da Bahia como centro de referência em prestação jurisdicional, com eficiência em gestão pública e motivação humana, por meio do aprendizado contínuo, educação corporativa e fortalecimento da cultura organizacional;
- IV – DIRETRIZES ESTRATÉGICAS:
  - a) utilização de metodologia de ensino a distância (EAD), com tecnologias avançadas, tais como ferramentas da Web, videoconferência e teleconferência, ampliando os níveis e alcance dos cursos a todo o Estado da Bahia;
  - b) parcerias com órgãos públicos, especialmente do Poder Judiciário, e com instituições de ensino públicas e privadas para realização de cursos de alto nível;

c) acesso ao conhecimento por meio de variadas opções de autodesenvolvimento, tais como bibliotecas, banco de teses, dissertações e monografias, etc.;

d) promoção de práticas de gestão que favoreçam a descoberta de talentos no Estado da Bahia e o desenvolvimento de espírito de equipe, conciliando as competências individuais com as necessidades institucionais;

e) realização de ações educacionais que propiciem a pesquisa, o fomento à cultura, o fortalecimento da cidadania e da responsabilidade sócio-ambiental;

f) democratização do acesso ao conhecimento, oferecendo modernas práticas educacionais, favorecendo o desenvolvimento pessoal e profissional dos magistrados e servidores, bem como o atendimento ao disposto nos arts. 63, 191, VII, 211 e 212 da Lei nº. 10.845/2007 – Lei de Organização Judiciária do Estado da Bahia, além dos parágrafos 4º, do art. 6º, único, do art. 8º e 1º, do art. 10, todos da Lei 11.170, de 26 de agosto de 2008, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Vencimentos dos servidores deste Poder.

§ 2º Visando a atingir sua finalidade, a UNICORP-TJBA desenvolverá ações para:

- I – aprimorar a qualidade dos serviços prestados à sociedade e a melhoria institucional, por meio da conscientização e capacitação do seu quadro funcional;
- II – promover e intensificar programas de treinamento sistemático e progressivo, voltados para a formação e o aperfeiçoamento técnico-profissional dos magistrados e servidores da Justiça do Estado da Bahia;
- III – implantar e desenvolver cursos no nível de pós-graduação *stricto sensu* e *lato sensu* e de extensão, com recursos próprios ou mediante convênios com universidades, centros culturais e de pesquisa, públicos ou privados, observada a legislação pertinente;
- IV – desenvolver e manter projetos, atividades e programas de cooperação técnica com instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais sobre matéria de interesse da Justiça Estadual;
- V – Identificar necessidades, planejar e executar programas de desenvolvimento gerencial para a Justiça do Estado da Bahia;
- VI – planejar e executar programas de formação inicial e de preparação dos juízes estaduais substitutos recém-ingressos;
- VII – promover cursos e eventos, voltados para a atualização e o aperfeiçoamento dos magistrados estaduais;
- VIII – promover a capacitação continuada, incluindo-se a formação inicial, o aprimoramento e a reciclagem do quadro de servidores do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia;
- IX – desenvolver ações de treinamento e capacitação de parceiros, colaboradores e prestadores de serviços;
- X – incentivar a pesquisa básica e aplicada e o conhecimento científico;
- XI – promover o desenvolvimento de habilidades em novas tecnologias;
- XII – incentivar e estruturar atividades de autodesenvolvimento;
- XIII – promover congressos, simpósios, encontros e eventos similares que visem à preservação do meio ambiente;
- XIV – criar mecanismos que propiciem a otimização dos créditos orçamentários e o eficaz controle dos gastos com as ações desenvolvidas;
- XV – avaliar permanentemente os resultados das ações desenvolvidas, estabelecendo indicadores que possibilitem verificar sua efetividade.

§ 3º A UNICORP-TJBA deverá sistematizar, planejar, supervisionar, orientar e controlar o recrutamento e a seleção de pessoal para preenchimento de quadros da Justiça do Estado da Bahia.

Art. 2º A UNICORP-TJBA terá sua sede no município de Salvador - BA.

## CAPÍTULO II

### DA ORGANIZAÇÃO

Art. 3º A UNICORP-TJBA tem atuação sistêmica em dois segmentos, de acordo com o público alvo:

- I – magistratura – por meio de uma Coordenação Pedagógica de Magistrados, órgão da MASB, responsável pelos cursos, ações e eventos de formação, capacitação e aprimoramento destinados a desembargadores, juizes titulares e juizes substitutos;
- II – servidores e colaboradores – por meio de uma Coordenação Pedagógica de Servidores Judiciários e Colaboradores, órgão da Escola Superior dos Magistrados e Servidores Judiciários do Estado da Bahia - MASB, responsável pelos cursos, ações e eventos de formação, capacitação e aprimoramento destinados a servidores e colaboradores da Justiça Estadual.

Art. 4º. A UNICORP-TJBA funcionará com as unidades e pessoal disponíveis no Tribunal e nas diversas áreas do Poder Judiciário, com a seguinte organização:

1. PRESIDÊNCIA: a presidência da UNICORP-TJBA cabe ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, a quem compete, resguardada a autonomia da MASB, estabelecer as políticas, diretrizes e metas, auxiliado pelas Secretarias do TJBA, que prestarão o apoio institucional necessário ao seu regular funcionamento. (ALTERADO CONFORME RESOLUÇÃO Nº 5/2010, PUBLICADA EM 22/07/2010).

1.1. Para o adequado exercício da sua missão institucional, o Presidente da UNICORP-TJBA poderá instituir as seguintes comissões:

1.1.1. Comissão de Tecnologia de Apoio Educacional: composta por dois representantes da Secretaria de Tecnologia da Informação e Modernização e um representante da Secretaria de Administração ou da própria Secretaria Judiciária, com as competências básicas: (ALTERADO CONFORME RESOLUÇÃO Nº 5/2010, PUBLICADA EM 22/07/2010).

- a) coordenar e executar as atividades e projetos relacionados aos sistemas de informação, à rede local, aos serviços de comunicação via *internet*, à definição de plataforma tecnológica e aos padrões de tecnologia da informação para uso na UNICORP-TJBA;
- b) prestar suporte técnico para a aquisição de equipamentos de informática, teleprocessamento e videoconferência e, ainda, para contratação de serviços de tecnologia da informação para uso no ensino à distância;
- c) planejar, executar e avaliar as atividades de produção de conteúdo em mídia digital para utilização nos projetos de educação à distância;
- d) desenvolver, instalar, implantar e manter sistemas, bases de dados e rede corporativa de teleprocessamento da UNICORP-TJBA.

1.1.2. Comissão de Estudos, Pesquisas e Apoio à Gestão do Conhecimento, composta por um representante da Secretaria de Administração, um representante da Secretaria de Tecnologia da Informação e Modernização, e um representante da Secretaria de Planejamento e Orçamento do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, com as seguintes competências básicas: (ALTERADO CONFORME RESOLUÇÃO Nº 5/2010, PUBLICADA EM 22/07/2010).

- a) desenvolver estudos, pesquisas, diagnósticos, projetos, estratégias, modelos de gestão e de processos, sistemas normativos e de informação voltados aos segmentos jurídicos, sócio-jurídicos e de administração da Justiça Estadual;
- b) desenvolver modelos experimentais voltados para a excelência organizacional, de forma direta ou mediante parcerias, e implantá-los na Justiça do Estado da Bahia;
- c) avaliar os resultados organizacionais da UNICORP-TJBA, no âmbito do Estado da Bahia, em consonância com sua finalidade, missão, visão de futuro e diretrizes estratégicas;
- d) padronizar, editar e divulgar trabalhos acadêmicos e outras publicações de interesse da Justiça Estadual que promovam a disseminação seletiva de conhecimento, boas práticas e o aprimoramento da qualidade dos serviços prestados.

1.1.3. A Presidência da UNICORP-TJBA poderá, a seu critério, e em respeito à finalidade prevista no § 1º, I, designar outros profissionais para integrar as comissões instituídas, tendo em vista os seus conhecimentos técnicos ou científicos e a sua experiência comprovada.

2. A ESCOLA SUPERIOR DE MAGISTRADOS E SERVIDORES JUDICIÁRIOS DO ESTADO DA BAHIA - MASB, constituída e organizada por meio de ato próprio, tendo como órgãos necessários à sua estrutura e atuação funcional: Coordenação Geral, Coordenação Pedagógica de Magistrados, Coordenação Pedagógica de Servidores, todos subordinados administrativamente à Diretoria-Geral da Escola.

2.1. Para permitir a atuação funcional da Escola, deverão ser criadas, por meio de lei, Secretarias de apoio aos esses órgãos.

Art. 5º. As diretrizes e atribuições dos órgãos componentes da MASB, bem como a sua estrutura organizacional, serão definidos por meio do seu ato constitutivo, respeitadas as normas da Resolução nº. 22/2008, que instituiu a UNICORP-TJBA.

## CAPÍTULO III

### DAS MODALIDADES DE ENSINO E EDUCAÇÃO CORPORATIVA

Art. 6º. A UNICORP-TJBA utilizará múltiplos meios e processos de difusão do conhecimento, favoráveis à aprendizagem, para atender as necessidades e especificidades das áreas de atuação da Justiça Estadual.

§ 1º São modalidades do processo de ensino e aprendizagem a serem utilizadas pela UNICORP-TJBA:

- I – *presencial*: implica no desenvolvimento de atividades pedagógicas conduzidas com a presença física do estudante e do mediador do processo de aprendizagem, no mesmo ambiente, podendo ser exercida por especialistas internos e externos ao TJBA;
- II – *à distância*: envolve a realização de atividades pedagógicas sem a presença física do estudante e do mediador do processo de aprendizagem no mesmo ambiente, apoiada em recursos tecnológicos e fundamentada no conceito de auto – aprendizagem;
- III – *semipresencial*: modalidade mista que envolve atividades centradas na auto-aprendizagem, com a mediação de recursos didáticos organizados em diferentes suportes de informação.

§ 2º Para garantir o alcance dos objetivos estabelecidos, o desenvolvimento das ações relativas à educação corporativa, nas modalidades presencial e à distância, serão objeto de monitoramento e avaliação em conformidade com a natureza e especificidades de cada ação.

§ 3º A UNICORP – TJBA deverá criar e manter equipes de profissionais especializados em implementação de ações de ensino à distância, com utilização de diversas tecnologias, por permitir a otimização de tempo e recursos materiais, sem deslocamento físico dos participantes.

## CAPÍTULO IV

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 7º. As despesas decorrentes da implantação e operacionalização da UNICORP-TJBA são as consignadas no orçamento do Poder Judiciário, permitida a celebração de convênios de cooperação técnica com fundações, fundos, instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais.

Art. 8º. As disposições contidas neste Regimento Interno serão detalhadas por manual de orientação da UNICORP-TJBA.

Desembargadora **SILVIA** Carneiro Santos **ZARIF**  
Presidente

